

PASTORAL DA Terra

#APROVAPEC504

Cerrado e Caatinga
podem virar
patrimônios do Brasil
com aprovação de lei P4

DADOS PARCIAIS

Aumento de conflitos
e repressão dos
governos marcam
1º semestre de 2023 P5

SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2023 | Nº 261 | ANO 48 | WWW.CPTNACIONAL.ORG.BR | f @ t v @CPTNACIONAL 

ESPIRITUALIDADE

Caminhadas de fé e de luta rumo à Terra Prometida

Romeiras e romeiros peregrinam por todo
o Brasil em demonstração de resistência e
cuidado com a Casa Comum P8eg



10ª Romaria das Águas e da Terra da Diocese de Palmeira dos Índios (AL) | Foto: Lara Tapety

DA REDAÇÃO

EDITORIAL

De mãos dadas, em luta!

Estamos chegando ao fim de mais um ano e, nesta edição do Jornal Pastoral da Terra, trazemos como destaque as Romarias da Terra e das Águas. As caminhadas, realizadas por todo o Brasil e que reúnem inúmerasromeiras e romeiros, são uma demonstração de fé, resistência e presença profética. É partindo desse momento de renovação do esperar que entregamos esta última edição do ano.

Na página 5, os dados parciais dos Conflitos no Campo, registrados pelo

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), apresentam o primeiro semestre de 2023. Com aumento nos registros de conflitos e marcado pelo resgate de pessoas em situações análogas à escravidão, o número de vítimas é crescente, com destaque para as contaminações por agrotóxicos e minérios. Povos indígenas, posseiros, trabalhadores rurais sem-terra e quilombolas ainda são os maiores alvos. A exemplo disso, nas últimas semanas, uma onda

de violência tomou conta dos estados do Maranhão, Pará, Pernambuco e Paraíba em áreas de conflitos agrários. Diante desse cenário, é preciso dar foco também às ações de resistência das organizações e territórios. Os intercâmbios de brigadistas do Cerrado, Amazônia e Pantanal realizados pela Agro é Fogo, o Encontro de Mulheres do Araguaia e Xingu (MT) e de Juventudes da Amazônia, o III Seminário de Diversidade Sexual e Identidade de

Gênero da Via Campesina Brasil e o Seminário de Assessoria Jurídica em Conflitos Socioambientais, são alguns dos exemplos da incansável sementeira coletiva de um novo projeto de sociedade.

Sigamos caminhando juntos e juntas, de mãos dadas aos povos da terra, das águas e das florestas, avançando com o compromisso de construção e cuidado com a Casa Comum e na luta pela garantia de direitos e justiça social. Boa leitura!

PUBLICAÇÕES



Divulgação

(PEC) número 504/2010, que propõe a inclusão do Cerrado e Caatinga no rol das regiões ecológicas reconhecidas como patrimônio nacional.

Nas duas regiões, há uma economia pulsante, diversa, que contribui de modo significativo para a economia nacional, contudo, a ausência de políticas públicas efetivas para sua proteção socioambiental tem resultado em recordes de desmatamento, que vem comprometendo a sobrevivência de seus aspectos culturais e de suas reservas hídricas.

Baixe gratuitamente a nota: shorturl.at/GLNVY

Nota Técnica PEC 504/2010 - Cerrado e Caatinga, Patrimônios Do Brasil: Riqueza Presente, Herança Futura

Esta publicação apresenta subsídios para a defesa da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional



Divulgação

Alimento e vida – sabores e fazeres dos povos deste chão

Construído a partir do evento “O Grito e a Resistência do Cerrado”, realizado a cada dois anos pela CPT da Diocese de Goiás desde 2010, esta publicação traz a

produção de desenhos, textos e poesias de estudantes de escolas públicas municipais, estaduais e filantrópicas do município de Goiás (GO).

Assim como o evento, a construção de “Alimento e Vida” é coletiva, promovendo a valorização dos povos tradicionais, a integração entre a população urbana e rural e a busca pela proteção do Cerrado por meio dos conhecimentos tradicionais. O encontro representa ainda o apoio ao fortalecimento das comunidades na troca de experiências e visibilidade de suas produções e estreitamento dos laços afetivos.

Baixe gratuitamente: shorturl.at/mpDT6



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Secretaria Nacional
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás
CEP.: 74030-090
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Sílvio Guterres

Coordenadores Nacionais
Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolate Wichimieski
Ronilson Costa

Redação
Carlos Henrique Silva (5197/PE)
Heloisa Sousa
Júlia Barbosa
Rede de Comunicadores/as da CPT

Jornalista responsável
Heloisa Sousa

Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.

Diagramação
Refleite Editorial - Vinicius Pontes
www.refleiteeditorial.com

Assinaturas
Anual R\$ 30,00
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:
Caixa Econômica Federal
Agência 4520 Operação 003 Conta/DV 648-6
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000 0006 486C 1
SWIFT da CEF: CEFXBRSP

Razão Social
Comissão Pastoral da Terra

CNPJ / PIX
02.375.913/0001-18

Informações
cpt@cptnacional.org.br

Tiragem
3.000 exemplares

Apoio



FIQUE INFORMADO

Lei registra o nome de Margarida Alves como heroína da Pátria

Foi publicada, no dia 17/08, a lei que registra o nome de Margarida Alves no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria como a heroína das ligas camponesas e dos trabalhadores rurais do Brasil. A líder sindical foi assassinada, em 12 de agosto de 1983, por lutar pelos direitos dos camponeses.

Nascida em 5 de agosto de 1933, em Alagoa Grande/PB, tornou-se símbolo da luta por direitos para quem vive do campo, após fazer ecoar sua voz ao longo de 12 anos como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Alagoa Grande. Além de trabalhar pela reforma agrária, contra a violência e pela educação de homens e mulheres camponeses, também fundou o Movimento Mulheres do Brejo e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural com Paulo Freire.

Em um discurso no Dia do Trabalho de 1983, três meses antes de ser assassinada, ela declarou: “da luta eu não fujo. É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Apesar de o assassinato ter sido denunciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o crime político nunca foi resolvido. Os executores chegaram a ser presos, depois de denunciados pelo Ministério Público, mas acabaram absolvidos depois.

Fonte: Agência Brasil



Reprodução Marcha das Margaridas 2015

Campanha Contra Violência no Campo é tema de Audiência Pública na Câmara dos Deputados

No dia 31/08, em meio ao julgamento do STF e às mobilizações ao redor do país contra a Tese do Marco Temporal, a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais promoveu um debate sobre a Campanha Contra Violência no Campo: pelos povos do campo, das águas e das florestas. Na ocasião, foram trazidos à memória casos emblemáticos de violência por território no país, depoimentos de vítimas e apresentação de dados atualizados sobre o tema. A au-

diência ocorreu após quase um mês do assassinato da Mãe Bernadete Pacífico, importante liderança quilombola e ialorixá.

Participaram: Dom Ionilton, presidente da CPT e representante da Campanha; Tales dos Santos, da CPT Nacional; Luis Ventura, secretário adjunto do Cimi; Marta do Socorro Farias, representante do MPA, Ana Lúcia Rocha Souza, da Contag; Dinaman Tuxá, da Apib e Ana Luisa Zago, do Ministério dos Direitos Humanos e da

Cidadania.

“A Campanha nasceu como uma forma de mobilizar outras forças que também trabalham em defesa da vida e da proteção dos povos do campo, das águas e das florestas”, destacou Dom Ionilton.

Também estiveram presentes os deputados Erika Kokay (PT-DF) e Chico Alencar (Psol-RJ), e representantes de diferentes povos e comunidades indígenas.

Fonte: Campanha Contra Violência no Campo

Acampamento Nacional 'Juventude em Luta' reúne mais de 2.000 jovens do campo em Brasília

Entre os dias 13 e 17 de outubro, o Acampamento Nacional “Juventude em Luta, por Terra e Soberania Popular” reuniu mais de 2.000 jovens do campo, das águas e das florestas no ginásio Nilson Nelson, em Brasília/DF, a fim de promover debates e atividades reflexivas sobre o papel da juventude nas lutas, seus desafios e perspectivas.

O Acampamento contou com diversas atividades, como a Conferência Popular da Juventude, com a presença de ministros/as

e autoridades governamentais, em que foi apresentada a Plataforma da Juventude do Campo, das Águas e das Florestas. A Plataforma divulga o Manifesto da Juventude da Via Campesina e expõe pautas urgentes para a permanência e dignidade dos jovens no campo.

Para Priscila Viana, agente da CPT/RJ, o debate da juventude camponesa é geracional e perpassa por questões de gênero, étnicos-raciais, de sexualidade e é essencialmente territorial. “As juventu-

des da Via Campesina se reuniram para avançar em caminhos solidários em defesa do Bem Viver, contra os projetos de morte que querem exterminar a vida nos territórios. A juventude quer viver e permanecer no campo. [...] Defenderemos nossos modos de vida em solidariedade, contra todos os projetos destrutivos de desenvolvimento do capital que avançam sobre a terra, as águas e as florestas”, afirmou.

Fonte: MST e CPT/RJ

MEIO AMBIENTE

#APROVAPEC504

Cerrado e Caatinga, patrimônios do Brasil

Júlia Barbosa

julia@cptnacional.org.br

Ainda que o Cerrado e a Caatinga sejam regiões ecológicas de extrema importância para a biodiversidade brasileira, sendo territórios que abrigam uma grande pluralidade de povos, fauna e flora, seus valores ainda não são reconhecidos como patrimônios nacionais do Brasil.

Há 13 anos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 504/2010 tenta incluir estes biomas em categoria especial de proteção, mas há uma morosidade injustificável na tramitação do processo para votação. Com isso, diversas organizações da sociedade civil se mobilizam para alavancar a votação da PEC, com a campanha #AprovaPEC504.

A Constituição Federal Brasileira, no artigo 225, § 4º, determina cinco regiões ecológicas como patrimônio nacional, sendo elas a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. Com isso, essas regiões são protegidas constitucionalmente para que a utilização econômica dos recursos da natureza seja desenvolvida em condições que assegurem sua preservação.

O Cerrado e a Caatinga, injustamente excluídos dessa categoria, sofrem com a ausência de políticas públicas efetivas para proteção socioambiental, enfrentando recordes de desmatamento e desertificação. Essas e outras informações estão presentes na Nota Técnica ao Parlamento Brasileiro, organizada pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e Articulação do Semiárido Brasileiro e assinada por dezenas de organizações sociais,

intitulada “Cerrado e Caatinga Patrimônios do Brasil: riqueza presente, herança futura!”.

A nota apresenta o histórico da tramitação legislativa e relevância da PEC 504/2010, desde 1995, quando houve a primeira proposta de inclusão do Cerrado como patrimônio nacional, passando por 2003, quando uma outra proposta foi apresentada com a inclusão também da Caatinga, e chegando à 2023, reafirmando que a PEC 504 encontra-se plenamente apta para ser incluída na pauta de votação em plenário.



Por que é urgente defender o Cerrado e a Caatinga?

O documento também analisa o contexto de devastação dos biomas, com o

desmatamento, as queimadas, o esgotamento de bens naturais e a contaminação das águas, solo e ar por agrotóxicos e atividades econômicas exploratórias e que sacrificam a sociobiodiversidade em razão do lucro.

De acordo com Valéria Santos, coordenadora da Articulação das CPTs do Cerrado, somado a todo este cenário de destruição, ainda há “um processo histórico de grilagem das terras tradicionais, que são ocupadas por comunidades camponesas, e que tem gerado uma intensa conflitividade contra os povos que são guardiões desse grande território de vida”, afirmou. Ela ainda ressalta que os territórios tradicionais constituem-se como importantes reservas de biodiversidade protegidas pelas próprias comunidades.

Os dados apresentados pela nota mostram que, em apenas 50 anos, o Cerrado já perdeu cerca da metade da sua cobertura original na área contínua. Já a Caatinga apresenta 57% de

sua cobertura original devastada. Os dados ainda apontam que o Cerrado pode perder 33,9% dos fluxos dos rios até 2050 e indicam uma perda de espécies vegetais em 99% do território da Caatinga até 2060, caso medidas de preservação não sejam urgentemente aplicadas.

Ao incluir o Cerrado e a Caatinga como patrimônios nacionais, as condições para ampliar a proteção dos biomas e seus povos, bem como promover a conscientização da população brasileira, serão fortalecidas, tanto política quanto juridicamente. “Precisamos ampliar o diálogo com a sociedade para defender esses ecossistemas tão importantes e essenciais para nossas vidas”, concluiu Valéria.



Wikimédia Commons

Organizações sociais se mobilizam pela aprovação da PEC 504, que visa incluir os biomas como patrimônios nacionais.

CONFLITOS NO CAMPO

DADOS PARCIAIS

Aumento de conflitos e repressão dos governos marcam 1º semestre de 2023

Os dados, divulgados pela CPT através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), mostram recrudescimento nas ações policiais em acampamentos, assentamentos e comunidades camponesas e indígenas

Carlos Henrique Silva

comunicacao@cptnacional.org.br

O primeiro semestre de 2023 foi marcado pelo aumento dos conflitos no campo brasileiro. Foram registradas 973 ocorrências, contra 900 no ano passado. A grande maioria dos conflitos continua sendo pela terra (791), seguido do trabalho escravo rural (102) e conflitos pela água (80). Quase 527 mil pessoas estiveram envolvidas, chegando perto de 102 mil famílias.

Na luta pela permanência no seu território, houve aumento no número de famílias expulsas e despejadas judicialmente, e impedidas de acessar áreas coletivas, como roças, áreas de extrativismo do babaçu e outras. Foi registrada uma diminuição nos conflitos pela água (de 130 para 80), bem como no número de famílias envolvidas, mas isto não esconde os danos de empreendimentos que afetam diretamente as populações que dependem das águas para sobreviverem.

Trabalho Escravo

O período foi marcado pelo aumento de casos registrados de trabalho escravo



Reocupação da Fazenda São Lukas, hoje Acampamento Dona Neura - município de Hidrolândia (GO)

Júlia Barbosa / CPT Nacional

rural (102) e de pessoas resgatadas desta condição (1.408), o maior dos últimos dez anos, o que demonstra a maior visibilidade para estas violências, através da atuação de órgãos de fiscalização.

Violência contra a pessoa

Houve um aumento expressivo no número de vítimas, passando de 418 para 779, com destaque para a contaminação por agrotóxicos (327) e minérios (55), além dos casos de criminalização (45) e detenção de pessoas envolvidas na luta pelos direitos no campo (42), mesmo que a prisão efetiva tenha diminuído.

Mulheres vítimas

Creceu a violência contra as mulheres no campo, passando de 94 para 107 registros. As mulheres sofrem com intimidação (20), ameaças de morte (16), agressão (6), criminalização (5), cárcere privado (5), dentre outros crimes, como o caso triste do estupro de 30 mulheres yanomami.

Mortes violentas

A CPT registrou 14 assassinatos comparados aos 29 do primeiro semestre de 2022. Contudo, os dados continuam aumentando, em sua maioria na região da Amazônia Legal. Reduziram as ameaças de

(16,95%), governos estaduais (13,31%) e grileiros (8,54%).

Além do agronegócio e agrotóxicos, empreendimentos de mineração, hidrelétricas e energias renováveis, como a eólica, são apontados como fatores de conflitos, impedindo o bem viver das comunidades tradicionais.

Omissão e Convivência

A omissão e convivência do Governo Federal se manifesta na não demarcação de territórios, e não cumprindo as exigências internacionais da consulta livre, prévia e informada diante de empreendimentos. Além disso, os governos estaduais intensificaram a perseguição policial aos movimentos organizados de luta pela terra em estados como Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Maranhão e Pará. Mesmo com a criação de ministérios e outras medidas do governo Lula, a força política do agronegócio impede uma maior efetividade de políticas públicas para as populações do campo.

Confira o relatório completo dos dados parciais em www.cptnacional.org.br

MOVIMENTOS

FORMAÇÃO

Curso de Juristas Populares mobiliza agentes e lideranças comunitárias em Rondônia e Amazonas

Também fazem parte, como bolsistas, integrantes da coordenação e conselheiros do regional Rondônia e das equipes de Lábrea e Humaitá, no Sul do Amazonas, além de jovens agentes dos territórios e comunidades

Carlos Henrique Silva
comunicacao@cptnacional.org.br

Para uma grande parte da sociedade brasileira, principalmente pobres, trabalhadoras e trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, uma das grandes barreiras do exercício pleno da cidadania é o conhecimento jurídico. Conhecer as leis, os direitos e deveres do Estado e da sociedade sempre foi mostrado como privilégio da elite, sendo isto uma das causas da exploração e da opressão desses segmentos.

É a partir desta necessidade de formação de lideranças rurais em legislação, para atuarem como agentes multiplicadores na luta e garantia dos direitos, que a CPT realiza o Curso de Juristas Populares, com apoio da agência Climate and Land Use Alliance (CLUA). O destaque, nos anos de 2022 a 2024, é para a Grande Região Noroeste (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e o pólo conhecido como MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a nova fronteira do agronegócio, que tem gerado muitos conflitos com as comunidades e a busca por conhecimento das instâncias judiciais,



Equipe CPT Regional Rondônia

Além da impunidade, a CPT chamou a atenção para o aumento dos casos de famílias ameaçadas de despejo

como acioná-las e como fortalecer uma participação coletiva e organizada.

Entre os dias 11 e 12 de novembro, foi realizada a última etapa presencial do Curso de Juristas Populares em 2023, em Porto Velho (RO), reunindo lideranças comunitárias, agentes, integrantes da coordenação e conselheiros do regional Rondônia e das equipes de Lábrea e Humaitá, no Sul do Amazonas, além de jovens agentes dos territórios e comunidades. O momento contou com assessoria de representantes da Defensoria Pública da União (DPU), bem como do defensor público estadual Fábio Roberto, que atua na temática da Igualdade Étnico-Racial da DPE/RO, abordando temas como cidadania e justiça racial, e o papel de cada pessoa no enfrentamento ao racismo, e

o defensor Leonardo Werneck, que atua como coordenador do Núcleo de Direito Agrário.

O curso ainda tem mais uma etapa virtual esse ano, seguida de outros dois momentos em 2024, sendo um virtual e outro presencial, de encerramento. De acordo com o assessor jurídico da CPT Rondônia, Wellington Lamburgini, os agentes são estimulados a incidir sobre a realidade das suas comunidades, através da denúncia, orientação ou encaminhamentos, além de servir como abertura de parcerias diretas entre as comunidades e as instituições de defensoria pública.

“Os bolsistas trouxeram casos concretos das suas regiões, e isto já serviu como exercício para intervenção concreta na realidade. O curso tem uma estratégia de formação e pre-

tende ser permanente; então, terminando essa turma, já começa uma nova turma, expandindo a atuação dentro das temáticas de atuação da Pastoral na região”, afirma Wellington. O curso também conta com o apoio de um projeto de Extensão da Universidade Federal de Rondônia (UFRO), por meio do professor e agente da CPT Afonso Chagas, que trabalhou na primeira etapa temas ligados à questão possessória, liminares e provas.

Uma das participantes mais animadas é Cleide Machado Meireles, liderança evangélica e presidente da associação em um acampamento na região de Vilhena (RO). Ela reside em uma área em processo de cancelamento do Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP), e aguarda ansiosa,

junto com a sua comunidade, o momento deste cancelamento, pois a partir dele, as terras voltam a pertencer à União e conseguem ser destinadas à reforma agrária.

“O curso de juristas, pra mim, tem sido uma experiência única na minha vida. Só acho que o tempo é curto, e tenho sede de aprender muito mais. São momentos enriquecedores, e todo aprendizado é conhecimento, que ninguém tira da gente”, afirma Cleide.

Com as terras sendo regularizadas a partir da emissão dos títulos de terra definitivos, as famílias são consideradas efetivamente assentadas, e isto ajuda na diminuição de muitos conflitos agrários que acontecem, em sua maioria, em decorrência da insegurança jurídica em que vivem as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Além do curso, o projeto de Assessoria Jurídica também articula ações junto a órgãos públicos de justiça e governamentais, na defesa dos direitos socioterritoriais dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado, também recebendo denúncias, acompanhando processos e ouvindo as comunidades.

DIREITOS

ENFRENTAMENTO

CPT realiza seminário sobre incidência jurídica em conflitos socioambientais

Com foco nos empreendimentos eólicos e de mineração, atividade debateu ferramentas e estratégias jurídicas, além de ações dos movimentos e instituições na defesa e resistência das comunidades e territórios invadidos

Heloisa Sousa
heloisa@cptnacional.org.br

Entre os dias 27 e 30 de setembro, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizou, por meio do Coletivo de Assessoria Jurídica, o Seminário “Assessoria jurídica em contexto de conflitos socioambientais”. O encontro, que ocorreu em Salvador (BA), reuniu agentes e assessores jurídicos da CPT, além de advogados parceiros e defensores públicos. A proposta surgiu da necessidade de fortalecer a luta contra os empreendimentos predatórios que vêm causando danos ambientais e violando os direitos de diversas comunidades pelo país.

“Foi um momento fundamental para reafirmar e qualificar ainda mais a atuação da assessoria jurídica da CPT frente aos conflitos territoriais provocados por empreendimentos de mineração e produção de energia eólica. As assessorias de diferentes estados possibilitaram a troca de

experiência e aprofundamento no estudo sobre as estratégias de organização popular, resistência e luta jurídica”, destaca Andréia Silvério, coordenadora nacional da CPT.

Registros do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), mostram que, de 2010 a 2022, as atividades de geração de energia eólica impactaram 123 áreas ou territórios, sendo também responsáveis pelos conflitos nos locais onde se instalam. Quanto às atividades minerárias, causadas por mineradores e garimpeiros, foram registrados 1.118 ocorrências de conflitos no eixo água e 898 no eixo terra.

Junto de Ronaldo Almeida Neto, defensor público da União, Vanúbia Martins, agente da CPT-PB, abriu o debate do seminário com a análise de conjuntura sobre os conflitos socioambientais no Brasil, que conduziu a programação ao longo dos três dias. “A demanda internacional por commodities aliada a



Heloisa Sousa / CPT Nacional

Foram apresentados os danos às estruturas ambientais e à saúde das pessoas impactadas pelos empreendimentos, o que têm causado drásticas mudanças nos modos de vidas das comunidades atingidas

narrativa desenvolvimentista e a ideia de economia baseada em exploração, retroalimentam as múltiplas desigualdades”, ressaltou.

Segundo os palestrantes, os impactos na dinâmica de concentração fundiária e a luta pela terra e território, estão diretamente ligados aos conflitos em questão. A captura dos discursos sobre sustentabilidade e proteção ambiental pelos grandes empreendimentos vem sendo usada para justificar a invasão desses espaços.

Noções básicas de direito socioambiental foram apresentadas por Guilherme Zagallo, da Rede Justiça nos Trilhos-MA. O advogado abordou aspectos da legis-

lação brasileira e principais irregularidades cometidas pelas empresas. Trouxe ainda recomendações estratégicas de ações possíveis pelas instituições, movimentos e comunidades no combate à instalação das empresas que provocam danos ambientais e sociais

O avanço de tais empreendimentos sobre os territórios foi tema do segundo dia, com Valdirene Santos, pesquisadora do grupo Geografar (UFBA), e Victória Salles, da Cáritas Minas Gerais. Os impactos das ações das mineradoras na Bahia e em Minas Gerais foram apontados, denunciando as estratégias corporativas tomadas pelas empresas.

“Os projetos de mineração chegam cooptando as lideranças para ocupar espaços de audiências públicas, além das associações e grupos comunitários, com a narrativa de levar progresso à região. Assim eles promovem a remoção das famílias, negociando a compra das terras por valores irrisórios”, explicou Victória.

No último dia, Cecília Paiva, do escritório Frei Tito, no Ceará, e Beatriz Cardoso, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais-BA (AATR) deram continuidade ao debate sobre as eólicas, aprofundando a discussão e as reflexões sobre as estratégias de combate antes, durante e depois da instalação das empresas nos territórios.

ROMARIA

ESPIRITUALIDADE

Caminhadas de fé e de luta rumo à Terra Prometida

Romeiras e romeiros peregrinam por todo o Brasil em demonstração de resistência e cuidado com a Casa Comum

Heloisa Sousa

heloisa@cptnacional.org.br

Júlia Barbosa

julia@cptnacional.org.br

Cruzes enfeitadas exaltam a memória do Jesus ressuscitado. Bandeiras diversas carregam as histórias de luta de homens e mulheres que caminham, com esperança militante, nas Romarias da Terra e das Águas. Em 2023, romeiros e romeiras tomaram as ruas por todo o Brasil, seguindo a tradição que não só reafirma a fé de milhares de pessoas, mas representa a resistência camponesa na luta pela terra e pelas águas, pela soberania popular e pela integralidade de direitos - humanos e da natureza.

17ª Romaria da Terra e das Águas Diocese de Ipameri (GO)
“Cuidado da Casa Comum: Por uma Cultura Ecológica Integral”

A 17ª Romaria da Terra e das Águas da Diocese de Ipameri (GO) foi realizada no dia 03/06, em Catalão (GO). Sediada pela Paróquia São Francisco de Assis e realizada pela CPT Goiás, esta edição recebeu cerca de 2.000 pessoas, vindas de comunidades paroquiais e comunidades do campo e da cidade, para uma caminhada de fé e perseverança na luta pelo bem viver.

Durante a abertura, o bispo

diocesano Dom Francisco ressaltou o chamado do Papa Francisco na carta Laudato Si, que aponta o descuido da humanidade com a natureza e estimula a sociedade a assumir o cuidado com a vida e com a Casa Comum.

Em seguida, comunidades rurais locais denunciaram os impactos negativos da mineração em suas vidas, bem como compartilharam sobre as resistências dos povos, pelas práticas agroecológicas de produção de alimentos, pelas experiências de lavouras comunitárias e pela recuperação de nascentes.

A caminhada de peregrinação foi mais um momento de profundas reflexões, que culminou na “Chamada dos Mártires”, momento de exaltar a memória subversiva de agentes pastorais, religiosos e religiosas que sacrificaram suas vidas na defesa dos povos do campo e das águas, sendo encerrada com uma homenagem às vítimas da COVID-19.

A 17ª Romaria foi encerrada com a Missa Campal, após a partilha do alimento. Ao fim do dia, as comunidades camponesas retornaram com sua fé e resistência fortalecidas aos seus territórios de vida e de luta.

46ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa (BA)

“Para acabar com a fome neste chão: Terra, Água, Teto, Trabalho e Pão”

A 46ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa (BA) foi realizada entre os dias 07/07 e 09/07. O lema deste ano, inspirado pela Campanha da Fraternidade, evoca a memória subversiva do evangelho pela partilha do pão, alimento para corpo e alma, e conclama toda a humanidade a lutar por um novo mundo, sem fome, sem pobreza, sem guerras e sem injustiças.

A 46ª Romaria contou com a realização de debates populares sobre fé e política, inspirados nas lutas e vivências dos povos do campo, das águas e das florestas, além de momentos de expressão das espiritualidades.

A programação também contou, com a realização de plenárias, reflexões aprofundadas sobre as temáticas da terra e território, da defesa dos rios e das águas, das juventudes e do bem viver, e das crianças e a garantia da alimentação saudável.

Romeiros e romeiras peregrinaram, então, no percurso da Via Sacra, culminando em um momento de testemunhos e espiritualidade.

34ª Romaria da Terra do Paraná (PR)

“Na terra de Deus, Resistir, Organizar e Partilhar para a Fome Saciar”

Romeiras e romeiros se reuniram na 34ª Romaria da Terra do Paraná, na Diocese de Ponta Grossa, município de Ortigueira, em 20/08. Inspirados na reflexão da Campanha Fraternidade Sem Fome, comunidades originárias, tradicionais e camponesas da região realizaram um sagrado café da manhã em um momento de acolhimento e partilha de seus produtos e de sua fé.

Ao final, durante o rito de comunhão, toneladas de frutos da terra, trazidos pelos agricultores familiares e pelas cooperativas, foram distribuídos entre os romeiros. A CPT organizou, ainda, 100 sacolas camponesas, que foram entregues nas comunidades da periferia de Ortigueira, num gesto de solidariedade. A memória, a produção agroecológica e a valorização da resistência das comunidades paranaenses fizeram frente ao violento modelo agroexportador presente no estado.

Romaria da Terra e da Resistência Camponesa de Cuiabá (MT)

A Romaria da Terra realizada no dia 01/09, em Cuiabá (MT), encerrou a programação intensa de atividades da III Semana da Resistência Camponesa, organizada pela CPT Regional Mato Grosso (CPT-MT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-MT).

Durante os dias 28/08 e 01/09, camponeses e camponesas de diversas regiões do estado de Mato

Grosso protagonizaram uma série de ações políticas, como ocupações de prédios de órgãos públicos, audiências populares, pautas de reivindicação, marchas e formações.

Entoando gritos de ordem e canções populares, erguendo bandeiras, cruzeiros e estandartes, mais de 350 camponeses e camponesas caminharam, em romaria, pelas principais ruas do Centro Político Administrativo (CPA) de Cuiabá.

A caminhada partiu da Superintendência Regional do Inera/MT, onde as famílias estiveram acampadas durante toda a semana, em protesto, e seguiu realizando paradas em órgãos estratégicos para as pautas do povo do campo.

Para a CPT, a Romaria da Terra é a representação maior da vida, da luta e da resistência do povo camponês. É a caminhada do esperar rumo à terra prometida.

10ª Romaria das Águas e da Terra da Diocese de Palmeira dos Índios (AL)

“Terra, água e pão: território, soberania e defesa da vida”

Com início na noite de sábado, 30/09, centenas de indígenas, camponeses, padres, freiras e cristãos leigos estiveram reunidos até a madrugada de domingo, 01/10, na 10ª Romaria das Águas e da Terra da Diocese de Palmeira dos Índios, em Alagoas. A caminhada iniciou na Aldeia Mata da Cafuma, com a celebração da

34ª Romaria da Terra na Paraíba (PB)
“Terra Conquistada, Pão Partilhado”

Cerca de 2.500 romeiros e romeiras peregrinaram pelo chão da Paraíba durante a 34ª Romaria da Terra, nos dias 28 e 29/10.

A cerimônia de envio, na praça da igreja Matriz de Pedro Régis, contou com momentos de memória das lutas e conquistas dos povos do campo, além da celebração da Santa Missa. Com fé e espiritualidade aquecidas, iniciou-se a caminhada de aproximadamente com destino ao Assentamento Jardim, em Curral de Cima.

A chegada dos romeiros e romeiras foi marcada

pelo plantio de 15 mudas de árvores, que representam a idade do Assentamento Jardim. Denunciando as injustiças e anunciando a esperança, a 34ª Romaria reaqueceu a fé e engrandeceu a memória de luta e vida dos povos do campo da Paraíba.

34ª Romaria da Terra e das Águas em Porto de Pedras (AL)

“Mutirão pela Casa Comum: Em defesa da terra, da água e da vida”

Nos dias 18 e 19/10, o município de Porto Pedras/AL, no litoral norte do estado, recebeu a 34ª Romaria da Terra e das Águas, realizada na Arquidiocese de Maceió. A programação iniciou na noite do sábado, 18, com a exibição do filme “Antes do prato”, que conta a história de quatro experiências em agroecologia.

Na sequência, o pároco anfitrião, padre Antelmo Correia, presidiu a celebração da santa missa. O percurso da romaria contou com quatro paradas: a primeira ficou sob responsabilidade das CEBs, que fizeram uma performance teatral sobre o mutirão pela Casa Comum; na segunda, o MST realizou um jogo em defesa da água; a terceira parada, em defesa da terra, ocorreu na entrada do assentamento Padre Alex Cauchi, destino da romaria; a última, ao amanhecer do dia 19, abordou a defesa da vida, evidenciando a sobrevivência do planeta e dos povos.



Heloisa Sousa | CPT Sul-Sudeste Bahia



17ª Romaria da Terra e das Águas Diocese de Ipameri (GO)



34ª Romaria da Terra do Paraná (PR)



Romaria da Terra e da Resistência Camponesa de Cuiabá (MT)



34ª Romaria da Terra na Paraíba (PB)

< 46ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa (BA)

Júlia Barbosa | CPT Nacional

CPT Paraná

Bruna Pinheiro | Formad

Rafael Oliveira/CPT João Pessoa

DIVERSIDADE

LGBTI+ NO CAMPO

CPT participa do III Seminário de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero da Via Campesina Brasil

Terceira edição contou com a participação de cerca de 80 pessoas LGBTI+ do campo, das águas e das florestas, representantes de outros 6 países e de diversos movimentos sociais e organizações que compõem a Via

Júlia Barbosa
julia@cptnacional.org.br

Entre os dias 14 e 17 de setembro deste ano, a Via Campesina Brasil realizou o III Seminário Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema (SP). A Via Campesina é uma organização internacional que atua na construção coletiva de um processo de articulação entre os povos do campo, das águas e das florestas ao redor do globo.

O evento foi uma continuidade às ações da Via em compromisso com a vida e as lutas das pessoas LGBTI+ do campo, das águas e das florestas, no reconhecimento da importância e urgência em incluir as pautas da diversidade sexual e de gênero em suas discussões e ações, conectadas às diversas dimensões da luta por direitos integrais.

Com a compreensão da integralidade da luta, a programação do Seminário contou com reflexões a respeito da terra e território, do feminismo camponês, da internacionalização da luta e do combate às violências contra pessoas LGBTI+ no campo, com

a realização de mesas de debate, como “Território, orgulho e resistência LGBTI+” e “Colorindo a Luta Camponesa Internacional”.

Por corpos e territórios livres

De acordo com Dê Silva, do Coletivo LGBTI+ da Via Campesina Brasil, os territórios produzem a diversidade alimentar e cultural por serem compostos, também, por uma diversidade sexual e de gênero. Por isso, na construção de bandeiras de luta, a

defesa de territórios livres é inseparável da luta por corpos livres.

Isto se comprova nas falas de Constance Adziamei, representante da Via Campesina África do Sul presente no Seminário, que afirmou que “se as pessoas LGBTI+ não são livres, o país não é livre”. Este entendimento se faz necessário para a construção de estratégias de enfrentamento às violências a que pessoas LGBTI+ são submetidas cotidianamente, que se somam às opressões sofridas no campo.

O caminhar pastoral nas diversidades

As violências no campo são potencializadas pelos marcadores sociais da diferença das vítimas dessas violações. É o que afirma Silmara Moraes, agente da Comissão Pastoral da Terra Regional Maranhão, que participou do III Seminário. Para ela, urge que o fazer pastoral esteja cada vez mais conectado com todas as lutas populares e contra todas as violências.

Silmara aponta, ainda, sobre a importância da CPT como espaço de organização, formação e fortalecimento da luta coletiva em defesa da diversidade, uma vez que não só as pessoas acompanhadas nas comunidades e territórios são interseccionadas por suas identidades sociais, mas também agentes pastorais e todo o coletivo da CPT.

“A pauta da diversidade dentro da CPT deve-se fazer presente no nosso fazer cotidiano, pensar nas diversidades religiosas, étnicas, geracionais, sexuais e de gênero, dentre outras, que desafiam o nosso caminhar pastoral junto às comunidades que acompanhamos”, refletiu a agente.

A importância de momentos como o Seminário se dá, ainda, para o fortalecimento de uma identidade política que caminha na contramão da hegemonia do patriarcado e que expõe o aprofundamento das crises do capitalismo, que acirram as violências contra a população LGBTI+. Para subverter essa lógica perversa de extermínio e superexploração, é preciso reconhecer, de uma vez por todas, que “Sem LGBTI+, não há Revolução!”.



Os dias de evento tiveram início com místicas sobre as lutas das pessoas LGBTI+ do campo, das águas e das florestas.

Júlia Barbosa | CPT Nacional

AMAZÔNIA

FORMAÇÃO

Encontros mobilizam juventudes da Amazônia em defesa do Bem Viver

Nos eventos realizados no Acre e Tocantins, jovens trouxeram para o debate seus anseios e o potencial de transformação junto às suas comunidades

Carlos Henrique Silva, com informações das equipes regionais da CPT Acre, Tocantins e Amapá
comunicacao@cptnacional.org.br

Juventudes de diversos lugares, mas com o mesmo ânimo no coração, se encontraram em dois momentos nos meses de outubro e novembro, a partir da Articulação das CPTs da Amazônia.

O primeiro encontro, intitulado “Os caminhos do Bem Viver: juventudes semeando seus quintais!”, aconteceu entre os dias 27 e 29 de outubro, organizado pela CPT Regional Acre e a Pastoral da Juventude da Diocese de Rio Branco.

Foram mais de 60 jovens da

capital e de diversas regiões do estado do Acre, além da região sul do Amazonas e do vizinho país da Bolívia, celebrando a pluralidade dessa Amazônia que ultrapassa fronteiras, e refletindo sobre o quanto cada uma e cada um pode contribuir com a luta e defesa de territórios ameaçados, e que convivem com os conflitos por terra.

Pensando sua realidade a partir do chão em que pisa, cada grupo de jovens mostrou um pouco do que é ser parte de um mosaico de realidades: juventude do campo, urbana, indígena e em meio às diversidades. Momentos de mística trouxeram sempre mensagens de comunhão com a Terra, contemplando-a como Mãe e



Juventudes do Brasil e Bolívia se encontraram no Acre para refletir sobre seu papel na luta e defesa dos territórios

Equipe CPT Acre

reafirmando que ela é parte de quem a habita, e quem a habita também é uma extensão dela.

“Tô saindo desse encontro com meu coração cheio de alegria, levando muita coisa pra juventude da minha comunidade. Eu volto com um olhar muito mais profundo pro meu quintal, pra minha Amazônia, e com uma vontade grande de mudar minha realidade e revolucionar!”, afirma Francisca Duarte da Silva, do município de Pauini (Sul do Amazonas).

No Tocantins, jovens da Grande Região Norte de-

batem pertencimento e permanência no campo

Cerca de 40 jovens, chegando de comunidades camponesas, quilombolas e ribeirinhas dos estados do Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins, estiveram presentes no 1º Encontro de Juventudes da Grande Região Norte, realizado entre os dias 17 e 19 de novembro na Casa Dona Olinda, em Araguaína/TO, com o tema “Em defesa do modo de vida dos territórios e das comunidades, povos tradicionais e camponeses da Pan-Amazônia.”

Essa diversidade de juventudes levantou reflexões sobre os fatores que dificultam a sua permanência no campo, como a realidade dos conflitos, a ausência de políticas públicas e a perda das referências de ancestralidade e dos saberes tradicionais. Ao mesmo tempo, mostraram sua potência, sendo provocadas a serem instrumentos de mudança em suas

realidades, através de ações de autonomia e pertencimento, seja na cultura, no esporte e no fortalecimento da articulação com as comunidades.

O momento também contou com uma oficina de Comunicação como estratégia de luta e resistência, estimulando os/as jovens a refletir sobre o tratamento dado pelas mídias às suas comunidades, e como os grupos podem se comunicar com o mundo com criatividade e utilizando linguagens do seu cotidiano, seja nas redes sociais, blogs ou até rádios de alto-falante.

Em cada um dos encontros, os grupos se sentiram desafiados a compartilhar o que viveram e aprenderam com suas amigas, vínculos familiares, comunidades e paróquias, sempre na disposição de resistir, não fugir e se somar às lutas dos povos da floresta, que estão e são ameaçados constantemente.



No Tocantins, o momento contou com trocas de experiências e esquetes teatrais com as pautas vivenciadas

Equipe CPT Tocantins

MULHERES

MULHERES

Encontro debate direitos e fortalecimento das organizações de mulheres



CPT Araguaia

Momentos de autocuidado, formação e troca de experiências fizeram parte dos três dias de atividade, que envolveu mulheres da zona rural e da urbana.

Este ano sediado no município de Porto Alegre do Norte (MT), atividade pautou assuntos como violência doméstica e cuidados alternativos com a saúde

Heloisa Sousa
heloisa@cptnacional.org.br

Entre os dias 13 e 15 de outubro, a Comissão Pastoral da Terra Araguaia, em conjunto com o Centro de Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga (CDHDPC), realizou mais uma edição do Encontro de Mulheres do Araguaia e Xingu. Esse ano sediado no Centro Pastoral Dom Josimo, no município de Porto Alegre do Norte (MT), a atividade reuniu mais de 80 mulheres do campo e da cidade em momentos de partilha, esperar e aprendizado.

O encontro ocorre anual-

mente, desde 2018, com exceção dos anos de pandemia, e busca fortalecer coletivos, associações, grupos e organizações de mulheres da região. “Procuramos realizá-los nos espaços de associações dos assentamentos e, a cada ano, abordamos um tema diferente. Já realizamos oficinas sobre plantas medicinais, palestra sobre os direitos das trabalhadoras rurais, sobre direito da mulher, sobre saúde mental e depressão. Sempre visando trazer temas que possam empoderar e levar disposição às mulheres para a luta”, conta Naira Maranhão, agente de base da CPT Araguaia.

Ela explica ainda que a ação nasceu da necessidade de fortalecer os conectivos de mulheres do campo e as associações que estavam sendo criadas, refletindo ainda sobre um contexto em que os índices de violência doméstica e sexual estão aumentando. Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que 28,9% das brasileiras sofreram algum tipo de violência de gênero em 2022, o que corresponde a 4,5 pontos percentuais acima do resultado da pesquisa anterior. O levantamento mostrou ainda que 46,7% das brasileiras sofreram assédio sexual em 2022, um crescimento de quase 9 pontos percentuais em relação a 2021. O mesmo acontece com os índices de suicídio entre mulheres jovens, que é cada vez mais alto. Por isso, a importância de

reunir mulheres para se aprofundar e compreender cada vez mais seus direitos e, esse ano, com a colaboração de Raíra Moraes de Miranda, advogada que realizou a palestra sobre as dimensões legais dos direitos da mulher.

A força e o querer de lutar

“Participar do encontro de mulheres foi uma experiência transformadora para mim. Aprendi muito sobre meus direitos e sobre a importância da luta de combate à violência contra a mulher. Sair do encontro com a autoestima elevada foi um dos maiores ganhos. Aprendi que sou forte e capaz de lutar, que não estou sozinha e que existem muitas outras mulheres que compartilham dos mesmos objetivos”, relata Juliana Evangelista Silva, professora e retireira do Araguaia.

Ela conta que o encontro deu a ela a força e o querer de continuar lutando por seus direitos e construindo uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres. “É um evento indispensável para todas as mulheres, uma oportunidade de nos unirmos, aprendermos e fortalecermos nossa luta por direitos”, completa.

Esta edição contou também com uma Feira Agroecológica e Cultural, com grande diversidade de produtos trazidos pelas mulheres do campo e da cidade. Houve ainda um dia destinado à saúde, beleza e bem-estar, com cuidados de saúde alternativa, como o reiki, o biomagnetismo e a acupuntura. Além das terapias alternativas, foram realizadas atividades em grupo orientadas pela fisioterapeuta Fernanda Araújo.

NUESTRA AMÉRICA

Equador decide por plebiscito suspender exploração de petróleo na Amazônia

A população do Equador decidiu em referendo, no dia 20/08, suspender a exploração de petróleo em uma área de floresta amazônica na fronteira com o Peru. Com 93% das urnas apuradas, 59% dos eleitores haviam escolhido interromper as atividades da estatal Petroecuador no Parque Nacional Yasuni, também conhecido como bloco 43, uma das áreas com maior biodiversidade no mundo e com presença de grupos indígenas isolados.

O parque Yasuni tem 1 milhão de hectares e abrange setores da Amazônia e dos Andes. Pesquisadores estimam que um hectare de terra pode ter mais espécies de animais do que em toda a Europa e maior diversidade de árvores do que na América do Norte. Embaixo da terra, porém, está a maior reserva de petróleo bruto do Equador.



Agência de Notícias ANDES

Plataforma petrolífera no Parque Nacional Yasuni

A decisão obriga o governo de Guillermo Lasso a desativar os campos de exploração de forma progressiva até outubro de 2024. O bloco 43 é responsável por 12% da produção diária de petróleo do país.

O referendo foi defendido pelo coletivo ambiental Yasunidos, que há uma década apontava a necessidade de

colocar o tema em consulta popular. A mudança coloca o país na vanguarda do abandono dos combustíveis fósseis entre os países da Amazônia. Na contramão, o Brasil tenta abrir uma nova fronteira de óleo e gás na região da Foz do Amazonas.

Fonte: Brasil de Fato

Frente Brasileira Contra o Acordo UE-Mercosul divulga carta aberta

Neste momento em que o Brasil, enquanto presidência pro tempore do Mercosul, formula uma resposta à carta adicional da União Europeia com uma possível contraproposta do bloco sul-americano, movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil brasileira, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai reiteram sua oposição contrária à con-

clusão do Acordo UE-Mercosul. O documento também exige a garantia da transparência e informação sobre as negociações.

“Reiteramos nosso posicionamento contrário à conclusão deste acordo que, depois de ter se arrastado sem transparência e acesso à informação por mais duas décadas do seu início [...], oportunamente foi declarado como concluído no

primeiro ano do governo fascista de Jair Bolsonaro, em 2019”.

A carta é assinada pela Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul UE/EFTA, com apoio dos movimentos, redes e organizações regionais. Leia na íntegra no site da Frente Brasileira Contra o Acordo UE-Mercosul.

Fonte: Rede Jubileu Sul Brasil

Declaração de Belém frustra pela falta de metas conjuntas, avaliam organizações

A Declaração de Belém, divulgada no dia 08/08 durante a Cúpula da Amazônia, frustrou pela falta de metas comuns sobre fim do desmatamento e de um compromisso mais robusto em relação à eliminação de combustíveis fósseis. Esta é a análise de diferentes organizações ambientalistas, que usaram expressões como “falho”, “desperdício de oportunidades” e “bonita carta de intenções” para classificar o documento. Apesar das críticas, a articulação política entre as nações em prol do bioma foi comemorada.

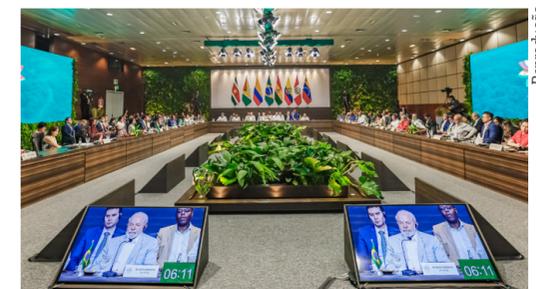
O documento, negociado entre Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, possui 113 parágrafos operativos, sobre 18 temas, entre eles mudanças do clima, proteção dos ecossis-

temas amazônicos, cooperação no combate a crimes ambientais e reconhecimento da cultura amazônica.

Atualmente, cada país da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) possui suas metas internas. A do Brasil é zerar o desmatamento na Amazônia até 2030, prazo proposto de forma genérica na Declaração.

Apesar das críticas, as organizações comemoraram o fortalecimento da OTCA, o estreitamento das relações diplomáticas entre os países membros e o reconhecimento de que é urgente implementar medidas para evitar que a floresta chegue ao chamado “ponto de não-retorno”, quando deixará de prover seus serviços ecossistêmicos.

Fonte: O Eco



Reprodução

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião dos chefes de Estado e de Governo dos países signatários da OTCA.

PÁGINA BÍBLICA

REFLEXÃO

ILUMINAR com a luz da Palavra, AGIR para transformar a realidade da fome

Nesta edição, encerramos a partilha de alguns trechos do texto base da Campanha da Fraternidade 2023

Evangelho segundo São Mateus
Capítulo 14, versículos 16 e 19

“Jesus, porém, lhes disse: ‘Eles não precisam ir embora. Dai-lhes vós mesmos de comer!’”

“E MANDOU que as multidões se sentassem na relva. (...) PARTIU os pães e DEU aos discípulos, e os discípulos os DISTRIBUÍRAM às multidões.”

115. É uma expressão de coragem deixar que o Evangelho nos interpele uma vez mais com o mandato tão claro e desafiador de Jesus: “Dai-lhes vós mesmos de comer!” Não é fácil ouvir o chamado à responsabilidade, porque a medida que o texto bíblico ilumina o caminho que se abre quando tomamos consciência da nossa missão, ele também evidencia as sombras que existem em uma vivência distante do Evangelho. (...) Colocar-se sob a luz da Palavra de Deus é, portanto, uma atitude profética da Igreja, que vê a realidade e professa a fé de que só a Palavra pode responder às indignações mais veementes, como fonte de esperança, cuja escuta faz brotar alternativas para soluções concretas.

“Sim, eu conheço seu sofrimento” (Êxodo 3,7)

116. Segundo a Escritura, a fome sempre foi um flagelo do povo, sentido com grande com-

paixão por Deus. O Antigo Testamento registra a identidade de um Deus que, a partir do Êxodo, se revela comunitariamente como o Deus que vê o sofrimento humano e age para sua libertação. São inúmeros os textos que tratam da fome e de sua saciedade, tanto em uma perspectiva metafórica e espiritual - tratando dos anseios humanos por Deus - quanto em uma perspectiva prática, impelindo à consciência da partilha e da solidariedade.

118. Privar o outro ou a comunidade do acesso ao alimento é, ao lado da escravidão, um dos muitos flagelos que Deus rejeita ao tirar o povo do Egito. Portanto, assim como a rejeição da escravidão se torna um compromisso inerente à Aliança com o Deus que não suporta a escravidão, também a partilha dos alimentos foi aos poucos se tomando um sinal de pertença ao povo de Deus.

121. No Novo Testamento, a atuação de Jesus, suas palavras e ensinamentos também transparecem a coerência com o Antigo Testamento em sua predileção pelos famintos como destinatários urgentes da ação daqueles que desejam ser fiéis da Aliança com o Senhor. Na oração que ensina aos seus discípulos, o pedido do pão de cada dia é primordial, porque em meio a poucas súplicas, ele está presente. Dar um pão ao filho é atitude carregada de responsabilidade e é também sinal de cura e da chegada do Reino de Deus àqueles que de alguma forma são necessitados. Não se pode deixar de perceber que o próprio Jesus utiliza da imagem do pão para referir-se ao significado de sua própria pessoa e à salvação que oferece (João 6).

132. (...) A ação de Jesus é semelhante à ação libertadora na ocasião da saída do Egito. Deus vê a multidão dos seus filhos e sente compaixão pelas dores que sofrem. (...) Enquanto, no evangelho de Marcos, a compaixão de Jesus o leva a ensinar às multidões, em Mateus, sua compaixão o impela a ações práticas, concretas. Ele cura; os seus discípulos devem dar de comer. (...) Nos dois Evangelhos, percebemos que é o alimento dado pela Palavra que nos leva à preocupação com o pão para quem não o tem.

138. Jesus, o novo Moisés, nos

ensina que Deus continua a alimentar os seus filhos, e o faz não mais com o Maná que cai dos céus, mas por intermédio da responsabilidade fraterna daqueles que se fazem discípulos. (...) No deserto, Jesus conhece os corações: Ele faz o discernimento entre aqueles que precisam ser alimentados e aqueles que, mesmo sendo discípulos ainda imaturos, podem alimentar os irmãos. (...) A questão é: estamos dispostos a progredir neste deserto, alcançando um primeiro estágio de percepção das necessidades do outro, mas também nos dispondo ao segundo estágio, que é assumir nossa responsabilidade sobre as necessidades do outro?

149. São João Crisóstomo afirma: “Queres honrar o Corpo de Cristo? Então não o desprezes nos seus membros, isto é, nos pobres que não tem o que vestir. Nem o honres no templo com vestes de seda, enquanto o abandonas lá fora ao frio e à nudez. Aquele que disse: ‘Isto é o meu Corpo’, é o mesmo que disse: ‘Porque tive fome e não me deste de comer’; e também: ‘Sempre que deixastes de fazer isto a um desses pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer’. Que proveito resulta de a mesa de Cristo estar coberta de taças de ouro, se ele morre de fome na pessoa dos pobres? Sacia primeiro o faminto, e depois adomarás o

seu altar com o que sobrar. Fazes um cálice de ouro e não dás ‘um copo de água fresca’? (...) Por conseguinte, enquanto adomas a casa do Senhor, não deixes o teu irmão na miséria, pois ele é um templo, e de todos o mais precioso.”

155. (...) Quando olhamos para a situação da fome no Brasil e nos deparamos, também, com a fartura da produção e da exportação de alimentos (...), fica claro que só pode mesmo estar faltando o serviço do discípulo, o nosso serviço.

156. A fraternidade cristã só se toma realidade com profecia e compaixão - e há que se dizer que, diante da fome, a profecia começa sendo compaixão, para depois tornar-se algum tipo de ação concreta, individual, comunitária, eclesial e socioambiental.

157. A Fome nos desafia e desinstala. É preciso agir! Não é possível ficarmos parados diante do grito da realidade brasileira e do mandamento de Jesus. É a dimensão social da fé que exige de nós engajamento na busca de soluções eficazes para o drama da fome. A realidade da fome chega ao coração do Bom Pastor, e Ele mobiliza discípulos e discípulas missionárias para uma ação pontual, que resolva aquele problema, não a partir da lógica do dinheiro ou da indiferença, mas a partir da lógica de Jesus e do seu Evangelho.

EXPERIÊNCIAS

AÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Articulação Agro é Fogo realiza intercâmbios de brigadistas do Cerrado, Amazônia e Pantanal

Em parceria com a CPT, a Articulação mobilizou encontros de saberes e estratégias contra o fogo entre brigadistas indígenas

Ludmila Pereira *
Articulação Agro é Fogo

Combater e prevenir os incêndios criminosos nos territórios dos povos e comunidades tradicionais é uma ação coletiva. Nesse sentido, as brigadas indígenas vêm articulando a sabedoria tradicional do manejo integrado ao fogo e o conhecimento profundo do território, às técnicas ensinadas pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), que faz parte da estrutura do Ibama.

Como uma das formas de fortalecer as brigadas, a Articulação Agro é Fogo realizou, ao longo do ano, intercâmbios e oficinas a respeito das estratégias de uso do fogo dentro das comunidades. Uma delas ocorreu com brigadistas do Cerrado, Amazônia e Pantanal, em junho deste ano, na comunidade de Calama, localizada no Baixo Madeira (RO), com o apoio da CPT Rondônia.

Os impactos dos incêndios criminosos, o avanço do agronegócio na região, as consequências e cicatrizes que o fogo deixa no contexto do território, na saúde e nos modos de vida, também foram pautas postas em debate. Além disso, a importância das brigadas indígenas voluntárias foi

ressaltada como forma de ação imediata para impedir a destruição do Cerrado, Amazônia e Pantanal, e da sabedoria dos povos que os mantêm de pé.

“Através desse intercâmbio e da presença dos brigadistas, estamos montando uma equipe aqui no distrito de Calama e recebendo orientações sobre como estruturá-la e contribuir para a formação da comunidade local, tanto em atividades de combate aos incêndios florestais quanto na conscientização da população”, disse Roberto Ossak, articulador da CPT Rondônia.

Outro intercâmbio foi realizado em outubro, junto à Associação de Brigadistas Indígenas da Nação Kadiwéu (ABINK) e a CPT Mato Grosso do Sul. “Foi

um encontro muito importante para rever um pouco da trajetória que eles tiveram e contar um pouco da história do povo que vem desse processo de manejo do fogo e na consolidação da brigada, para compartilhar sobre cultura, defesa e permanência do povo nesse lugar”, relata Jaqueline Váz, secretária executiva da Articulação.

O intercâmbio reuniu brigadistas de três aldeias do Território Kadiwéu que protegem e monitoram mais de 500 mil hectares no Pantanal e no Cerrado. Segundo Rubens Ferraz, agente de Manejo Integrado do Fogo e queima prescrita na ABINK, todas as ações são planejadas com estratégia para que o combate e prevenção sejam efetivas e com resposta rápida.

Rubens ressalta, ainda, que as mudanças climáticas também estão afetando a forma como os brigadistas atuam durante o ano. Antes se tinha melhor definido quando seriam as épocas de seca

e da chuva, o que ajudava a organização em relação à prevenção, com a realização de barreiras naturais contra o fogo. Atualmente, com o atraso da chuva, os períodos críticos se alteraram.

“O povo Kadiwéu aprendeu a trabalhar junto com a brigada que já existe há mais de 13 anos. A gente trabalha visando o fogo, mas, principalmente, com a parte de educação ambiental, reflorestamento, cuidando das áreas degradadas e com doação de mudas”, conta Madon Anastácio, chefe de Brigada na ABINK.

Dossiê Agro é Fogo

Conforme o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), entre 2019 a 2022, os povos mais afetados pelos conflitos envolvendo fogo foram os indígenas, com 39% das ocorrências, seguidos de posseiros e posseiras, assentados e assentadas, e sem-terras. Para analisar

a dinâmica do uso criminoso do fogo, o Dossiê Agro é Fogo mobiliza diversas perspectivas em relação ao fogo a partir dos povos e comunidades tradicionais.

Construído e escrito por representantes das comunidades tradicionais do Cerrado, Amazônia e Pantanal, bem como pesquisadoras e pesquisadores, o Dossiê aponta a relação dos conflitos por terra e os incêndios criminosos que afetam os roçados, as águas, os animais, as casas e a saúde das pessoas. O fogo, usado como arma para expulsão dos povos e comunidades de seus territórios, é uma das formas do agronegócio atuar para expandir o seu poder, evidenciando a relação intrínseca entre a questão ambiental e a questão agrária e fundiária no Brasil.

As brigadas indígenas são uma das expressões de resistência, que se organizam coletivamente para combater a destruição do futuro e defender os territórios. Algo feito durante todo o ano, mediante a prática ancestral do manejo do fogo, com a observação do clima e dos animais, e da prevenção dos incêndios. Fortalecer as brigadas indígenas, comunitárias e voluntárias, é garantir que os povos e comunidades tradicionais tenham autonomia e consigam exercer a defesa dos territórios com maior eficiência e conhecimento.

Acompanhe: www.agroefogo.org.br | @agroefogo



Brigadistas da comunidade Alves de Barros, Tomazia e São Jose – Território Kadiwéu (MS)

Rogério Albuquerque/ACESA e Articulação Agro é Fogo

GALERIA

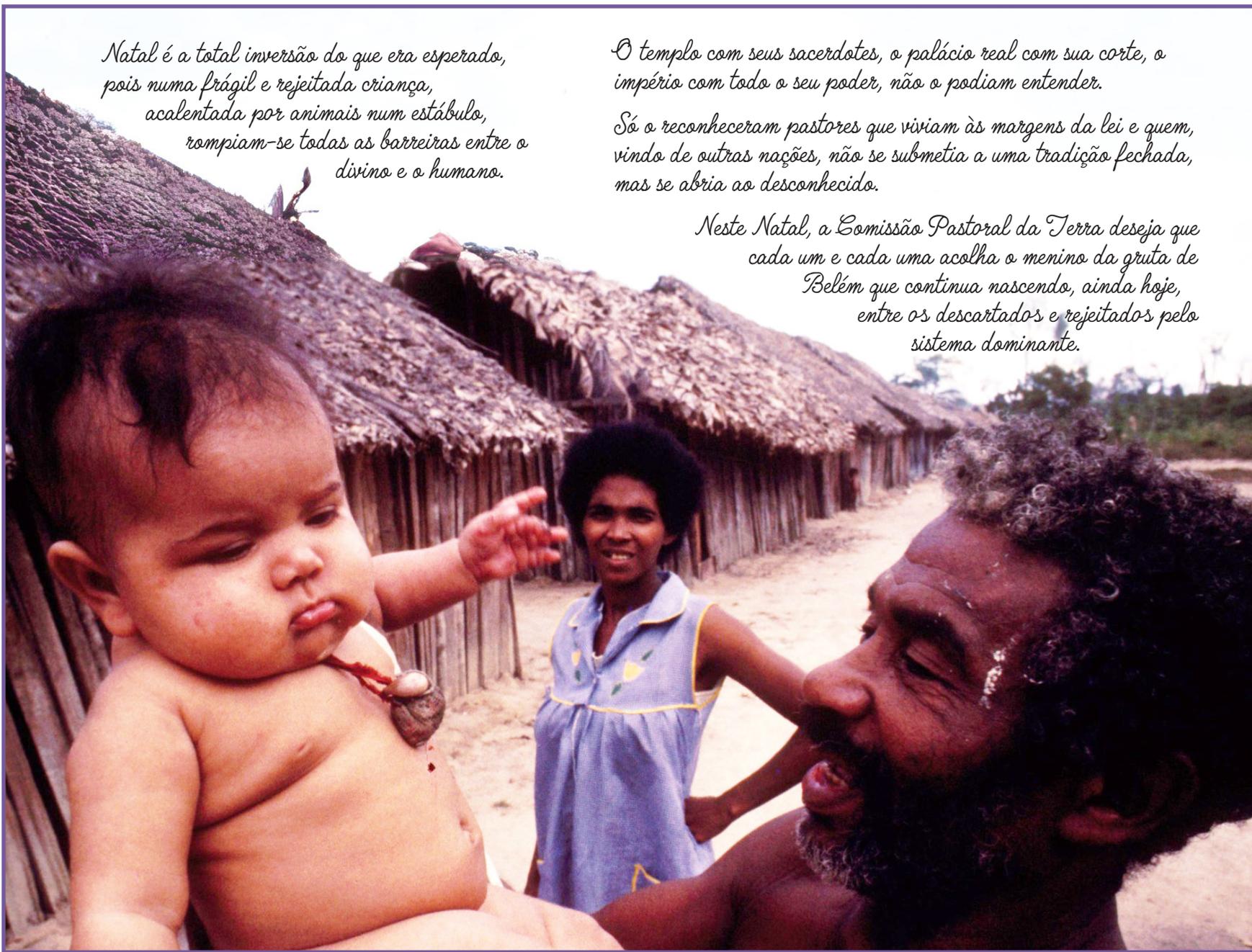
*Natal é a total inversão do que era esperado,
pois numa frágil e rejeitada criança,
acalentada por animais num estábulo,
rompiam-se todas as barreiras entre o
divino e o humano.*

*O templo com seus sacerdotes, o palácio real com sua corte, o
império com todo o seu poder, não o podiam entender.*

*Só o reconheceram pastores que viviam às margens da lei e quem,
vindo de outras nações, não se submetia a uma tradição fechada,
mas se abria ao desconhecido.*

*Neste Natal, a Comissão Pastoral da Terra deseja que
cada um e cada uma acolha o menino da gruta de
Belém que continua nascendo, ainda hoje,
entre os descartados e rejeitados pelo
sistema dominante.*

João Ripper



Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

**Dados para Depósito ou
Transferência:**

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Econômica Federal
Agência 4520 - Operação 003
Conta 648-6
PIX/CNPJ: 02.375.913/0001-18

**Envie seu comprovante,
dúvidas e sugestões para:**

E-mail:
sustentabilidade@cptnacional.org.br

WhatsApp:
(62) 99268.6837

Este jornal tem a certificação
da responsabilidade florestal
FSC e é feito com papel de
plantação bem manejada.



Comissão Pastoral da Terra

Correios

Impresso
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,
1º andar, Centro. CEP
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea